



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

**ALESSANDRA NUNES COSTA**

**A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL UTILIZADA NOS PROCESSOS  
ENVOLVENDO DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL**

**BRASÍLIA**  
2020

**ALESSANDRA NUNES COSTA**

**A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL UTILIZADA NOS PROCESSOS  
ENVOLVENDO DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL**

Artigo Científico apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Anna Chrystina Porto

**BRASÍLIA**  
2020

**ALESSANDRA NUNES COSTA**

**A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL UTILIZADA NOS PROCESSOS  
ENVOLVENDO DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL**

Artigo Científico apresentado como requisito  
para obtenção do título de Bacharel em Direito  
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais  
– FAJS do Centro Universitário de Brasília  
(UniCEUB).

Orientadora: Professora Anna Chrystina Porto

**BRASÍLIA, 27 DE MAIO DE 2020**

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professora Orientadora**

---

**Professor (a) Avaliador (a)**

## **A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL UTILIZADA NOS PROCESSOS ENVOLVENDO DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL**

Alessandra Nunes<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo busca evidenciar como a Lei 12.318/2010, popularmente conhecida como Lei de Alienação Parental, tem sido utilizada pelos genitores investigados por abuso sexual e qual o entendimento do Tribunal Superior a respeito dessa temática, nos casos analisados. Além disso, buscou-se analisar o impacto da má utilização da Lei no princípio do melhor interesse da criança, tendo em vista que foi aprovada com o objetivo de proteger o interesse do menor, mas conferiu ao genitor abusador a possibilidade de uma denúncia por abuso sexual verdadeira seja considerada como ato de Alienação Parental, previsto no artigo 2º, VI.

**Palavras-chave:** Alienação parental. Abuso sexual. Melhor interesse da criança.

### **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO. 1 A LEI 12.318/2010 E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS. 2 A DENÚNCIA CONTRA O GENITOR TIPIFICADA NA LEI 12.318/2010. 2.1 A presunção de falsidade das alegações de abuso sexual. 2.2 A defesa utilizada pelos genitores acusados de abuso sexual. 2.3 Discussões em torno da tese de Richard Gardner. 3 A INVESTIGAÇÃO DO ABUSO SEXUAL CONCOMITANTE A ALEGAÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL. 3.1 A proteção do menor diante de uma denúncia de abuso sexual e alegação de alienação parental. 3.2 A atuação da equipe multiprofissional na elaboração do laudo biopsicossocial e pericial. 4 A PROTEÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. 4.1 A recusa das crianças ao convívio com os genitores. 4.2 Dos instrumentos processuais previstos na Lei 12.318/2010. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

### **INTRODUÇÃO**

O termo Alienação Parental surge em situações de litígio familiar quando um dos genitores difama ou desmoraliza o outro genitor (a) com o objetivo de afastá-lo (a) do convívio

---

<sup>1</sup> Bacharelanda no curso de Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). E-mail: alessandra.costa23@hotmail.com.

com o menor. Tal conduta apresenta um rol exemplificativo, previsto na Lei 12.318/2010, de atos que são considerados formas de Alienação Parental (BRASIL, 2010).

Dessa forma, o objeto central do trabalho é apurar a ocorrência da alegação de Alienação Parental nos processos que envolvam denúncia de abuso sexual ou condenação por estupro de vulnerável, tendo em vista a possibilidade da reversão da guarda para o abusador.

Quanto à importância do tema, a Lei de Alienação Parental (12.318/2010) abriu a possibilidade de interpretar como falsa denúncia o que pode ser uma verdade. Além disso, houve o desvirtuamento da lógica de proteção do interesse da criança sobre o interesse do genitor acusado de abuso, em que um diagnóstico errôneo da Alienação Parental pode culminar na separação da criança de um genitor ou responsável que só tenta protegê-la (BRASIL, 2010).

A Lei 12.318/2010 em seu art. 2º, parágrafo único, inciso VI, prevê como uma das formas da prática de Alienação Parental a falsa denúncia contra o genitor. Essa forma tem sido utilizada como argumento de defesa do genitor que praticou abuso sexual. Desse modo, em que medida a alegação de alienação parental como argumento de defesa às acusações de abuso sexual afeta o princípio do melhor interesse da criança? O que se pretende é apurar em quantos dos processos e casos analisados em que se discute a ocorrência de abuso sexual o genitor que denuncia é taxado como alienante (BRASIL, 2010).

Em razão da dificuldade da produção probatória que identifique a ocorrência de abuso, a falta de provas nessas situações pode contribuir para que uma denúncia seja interpretada como ato de Alienação Parental.

Além disso, nos casos em que o juiz reconhecer pela prática de Alienação Parental, poderá aplicar a reversão da guarda, medida prevista no artigo 6º da Lei 12.318/2010 cuja utilização pelo Tribunal será analisada. (BRASIL, 2010).

Com o objetivo de solucionar todas as hipóteses, a abordagem será desenvolvida a partir da pesquisa dogmática consistente no uso de doutrina, artigos, jurisprudência e legislação sobre o assunto. Quanto ao método do procedimento será o de pesquisa monográfico, meio tradicional em que será estudado o instituto da Alienação Parental, precisamente uma das suas formas e sua aplicação nos processos que envolvem abuso sexual por meio da organização de trabalhos sobre o tema e posterior reflexão crítica. Relativamente ao tipo, será adotada a pesquisa bibliográfica em razão da utilização de artigos, monografias e livros para produção do trabalho onde serão utilizados os casos de abuso sexual e de Alienação Parentais, já relatados em outros trabalhos. Além da pesquisa documental, por englobar a análise de jurisprudência que versa sobre os casos de Alienação Parental concomitantemente ao abuso sexual e da Lei 12.1318/2010.

Para isso, o trabalho será dividido em quatro capítulos.

A parte introdutória trata de uma análise descritiva da Alienação Parental, suas formas previstas no artigo 2º da Lei 12.318/2010 e seu surgimento. Além do contexto em que a Lei foi aprovada no Brasil e a existência do projeto de Lei 498/2018 que tinha como foco inicial a revogação desta Lei.

No segundo capítulo, há uma abordagem específica da forma de Alienação Parental prevista no artigo 2º, inciso VI, Lei 12.318/2010 e, como tal forma pode ser utilizada na defesa do genitor acusado de abuso sexual, inclusive, de modo a taxar aquele que denunciou o abuso como “alienante” (BRASIL, 2010).

No entanto, também são analisados os casos em que a denúncia pode ser falsa, apenas para afastar um dos genitores do convívio com o menor. Além de apresentar, de forma sucinta, o descrédito conferido por entidades e profissionais, à tese criada por Richard Gardner para justificar a criação da Síndrome de Alienação Parental (SAP) e Alienação Parental.

O terceiro capítulo versa sobre o conteúdo da prova pericial produzida nos processos envolvendo Alienação Parental e Abuso Sexual Intrafamiliar e sua importância para detectar a ocorrência da violência física ou psicológica contra o menor. E ainda, como é o procedimento adotado nos Tribunais para investigação nos processos que envolvem interesse da criança ou adolescente.

Por fim, o quarto capítulo faz uma abordagem sobre os institutos que conferem proteção ao princípio do melhor interesse da criança, e como tal princípio é violado mediante uma utilização errônea da Lei de Alienação Parental aplicada como tese defensiva nos processos por acusação de Abuso Sexual. Somado a uma análise dos instrumentos processuais previstos na Lei 12.318/2010 nos casos em que fique comprovado atos de Alienação Parental e sua aplicação nos processos que envolvem condenação por Abuso Sexual, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

## **1 A LEI 12.318/2010 E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS**

A Lei 12.318/2010, popularmente conhecida como “Lei da Alienação Parental”, foi aprovada com o intuito de proteger a criança dos abusos psicológicos, proporcionar um ambiente familiar saudável e adotar medidas contra os genitores alienadores (NUSKE; GRIGORIEFF, 2015).

O termo Alienação Parental surgiu no contexto de disputa pela custódia dos filhos, como afirma Richard Gardner. O genitor, avós ou quem detenha a guarda do menor, difama,

desmoraliza e se utiliza de meio para afastar a criança do outro genitor. Quem pratica essas condutas é visto como alienante. O genitor que sofre essa alienação é tido como alienado. Essa prática tem como objetivo distanciar o filho dos familiares injustamente acusados. (SOUZA; BARRETO, 2011).

A Lei, em seu artigo 2º, parágrafo único, prevê as medidas que são consideradas como prática de Alienação Parental. São elas:

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

**VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;**

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Em análise da medida prevista no inciso VI, grifado acima, tendo sido reconhecida a falsa denúncia contra o genitor ou qualquer outra prática de Alienação Parental, detectada por um laudo pericial, cabe ao juiz impor medidas que vão desde a advertência ao alienador até a decretação da suspensão da autoridade parental (SOUZA; BARRETO, 2011). Como prevê o artigo 6º:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;

II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;

III - estipular multa ao alienador;

IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;

V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;

VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar (BRASIL, 2010).

A base da legislação originou-se da “SAP” (Síndrome de Alienação Parental), criada por Richard Gardner. Essa síndrome consiste em uma desordem psiquiátrica da criança que a leva a rejeitar um de seus genitores por influência externa (REFOSCO, 2018).

Richard Gardner era psiquiatra e atuava como perito nos processos judiciais e criou as suas teses para defender acusados de abuso sexual dos/as filhos. Para ele: “as mulheres eram meros objetos, receptáculos do sêmen do homem, e que as parafilias, incluindo a pedofilia, estão ao serviço do exercício da máquina sexual para a procriação da espécie humana” (GARDNER, 1992 apud SOTTOMAYOR, 2011, p. 9-10).

Autores como Sottomayor (2011) e Ferreira e Enzweiler (2014), acreditam que a “SAP” (síndrome de alienação parental), criada por Richard Gardner prescinde de cientificidade e têm uma origem sexista e pedófila, além de equiparar equivocadamente questões envolvendo alegações de falso abuso sexual. Essa convicção embasou-se em razão da reação negativa da comunidade científica internacional, dentre elas a Associação de Psiquiatria Americana, que incluiu a Alienação Parental como transtorno mental. Tal reação decorreu da provável utilização maliciosa de seu diagnóstico nos processos que envolvam a guarda dos filhos ou abuso sexual intrafamiliar.

Ferreira e Enzweiler (2014, p. 12), reiteram:

Apontam os incontáveis divergentes de Gardner o descrédito dos testemunhos e laudos por ele produzidos em juízo, sendo comum a desconsideração de seu trabalho (e das teses que sustentam a SAP) pelos Magistrados, afirmando Paul J. Fink (um dos ex-presidentes da Associação Americana de Psiquiatria), por exemplo, que a SAP, como uma teoria científica, tem sido execrada por pesquisadores sérios em todos os Estados Unidos, concluindo que “julgado apenas por seus méritos, Dr. Gardner deve ser uma nota de rodapé patética ou um exemplo de padrões científicos pobres.

Essa interpretação comprova que o Brasil, um dos únicos países a adotar a tese de Gardner como válida, a regulamentou na forma da Lei 12.318/2010, embora algumas organizações já tenham se manifestado contra, tais como 19 entidades na 65ª Reunião da ONU em 2016 que acreditam que a SAP (Síndrome da Alienação Parental) refere-se a uma prática nociva, pois coloca em dúvida a veracidade de relatos de violência (SCARENCE, 2019).

Sousa e Brito (2011) apontam que a aprovação desta Lei acabou por reduzir as problemáticas enfrentadas no divórcio em que diferentes comportamentos nas relações familiares são tipificados como Alienação Parental, gerando assim uma “vitimização” dos que integram famílias em situação de litígio.



Em consonância com as demais entidades que se mostram contrárias aos argumentos da Alienação Parental, foi colocado em discussão um projeto de lei que revoga a Lei 12.318/2010. Proposto pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos maus-tratos e de relatoria da Senadora Leila Barros (PSB-DF), o projeto 498/2018 tem como argumento principal a afirmação de que a legislação tem sido utilizada para beneficiar pais acusados de abuso sexual e desacreditar as mães que denunciaram o crime após a separação (SENADO FEDERAL, 2019).

Em audiência pública que debateu o projeto, realizado na Comissão de Direitos Humanos do Senado no dia 15 de julho de 2019, foi apresentado, pela advogada e pesquisadora Marina Ganzarolli, argumentos que corroboram a tese para revogação da Lei (SENADO FEDERAL, 2019):

Os pais acusam as mães de falsa comunicação de crime e isso pode resultar em reversão da guarda em benefício deles. Numa amostra contendo 130 casos de litígio de guarda, 66% dos casos originaram-se após denúncia de abuso sexual da mãe contra o pai, das 27 decisões ocorridas até então nestes litígios, 24 das guardas foram revertidas em favor do acusado. Isso representa 89% dos casos.

O substitutivo do projeto de lei 498/2018 aprovado na CDH (Comissão de Direitos Humanos) em fevereiro de 2020 e que segue para aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, optou por alterar dispositivos da Lei 12.318/2010 ao invés de revogá-los. Dentre as alterações, consta a suspensão do processo civil de Alienação Parental até a decisão de 1º instância na esfera penal que verse sobre a denúncia do abuso sexual contra um dos genitores. Além da escuta de todas as partes pelo magistrado, antes de tomar qualquer decisão (SENADO FEDERAL, 2020).

Diante do exposto, verifica-se que a Lei, ainda que tenha sido aprovada com o intuito de proteger o menor, vítima de abuso psicológico proferido por um de seus familiares, abre brechas para que as vítimas de abuso sexual intrafamiliar sejam obrigadas a conviver com o genitor suspeito do crime.

## **2 A DENÚNCIA CONTRA O GENITOR TIPIFICADA NA LEI 12.318/2010**

A lei 12.318/2010 estabeleceu em seu artigo 2º um rol exemplificativo dos atos tipificados como Alienação Parental, tal como mencionado no capítulo anterior. Entretanto, este trabalho será realizado sob o enfoque da falsa denúncia apresentada contra genitor, prevista no inciso VI, “in verbis”:

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; (BRASIL, 2010).

A previsão na legislação se dá de forma genérica. Sendo assim, essa denúncia pode ocorrer na forma de falsas acusações de adultérios, agressões físicas até chegar à acusação falsa de abuso sexual (FURLAN; LEÃO JÚNIOR, 2016).

Maria Berenice Dias (2010) afirma o crescente aumento da prática de falsas denúncias de práticas incestuosas, que levam ao rompimento do vínculo com o genitor alienado. Nesse contexto, o filho é levado a acreditar que durante um período de visitas houve indícios de tentativa de violência sexual e passa a repetir o que lhe é afirmado como realmente ocorrido.

Aqui, surge o maior problema que é atribuído ao Poder Judiciário, apurar se essa denúncia decorre de uma prática de Alienação Parental, comumente feita nos casos de litígio entre o casal, ou se a acusação advém de um abuso verídico sofrido pelo menor.

Segundo Ferreira e Enzweiler (2014, p. 13), no Brasil a Lei de Alienação Parental, especificamente em seu artigo 2º, inciso VI, “é comumente utilizada por advogados como argumento na disputa envolvendo a guarda das crianças, mesmo quando revelado pelos laudos técnicos estar o genitor (a) abusando da criança”. Ou seja, ainda que existam meios de comprobatórios de que o abuso ocorreu, a defesa do abusador utiliza-se da tese de Alienação Parental.

Nesse sentido, comprova o Agravo Regimental do Agravo em Recurso Especial nº 1.078.699/BA do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. **PLEITO DE ABSOLVIÇÃO FUNDADO NA TESE DE ALIENAÇÃO PARENTAL**. ÓBICE DA SÚMULA 7 DESTA CORTE. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O óbice da Súmula 7 apresenta-se intransponível, pois, no caso, não há como esta Superior Casa de Justiça decidir pela desqualificação das provas, visando à absolvição do agravante, sem, antes, ter de esmerilá-las novamente, tal como já procedido pelas instâncias ordinárias, soberanas na apreciação de fatos e provas. 2. Dessa forma, a decisão agravada deve ser mantida intacta pelos seus próprios termos. 3. Agravo regimental improvido (BRASIL, 2017b, grifo nosso).

A avaliação da criança ou adolescente, possível vítima de abuso, é extremamente delicada e depende do procedimento de análise entre a consistência da acusação e da revelação do abuso. Dessa forma, as denúncias tendem a ser vistas por profissionais com desconfiança (BROCKHAUSEN, 2012).

Por outro lado, a excessiva desconfiança acerca da veracidade de tais denúncias promovidas pelas vítimas acarreta a revitimização, fazendo com que as vítimas se sintam culpadas e constrangidas pela denúncia (FERREIRA; ENZWEILER, 2014).

## **2.1 A presunção de falsidade nas alegações de abuso sexual**

Dias (2015) afirma que tem sido rotineiro frente aos casos de Alienação Parental, se valer das acusações de abuso sexual. Dessa forma, a criança é convencida da ocorrência do abuso, levando a repetir o que lhe é afirmado. Assim, o menor é incapaz de discernir o que aconteceu de fato, com o que lhe foi falsamente imputado.

É certo que uma denúncia sobre abuso sexual intrafamiliar independente de ser falsa ou verdadeira, acarreta um enorme prejuízo para a unidade familiar, tendo em vista que em qualquer das situações, a criança já é vítima de um abuso, seja ele psicológico ou sexual (DIAS, 2015). E o Judiciário, ao tomar conhecimento do fato e em atenção ao princípio do melhor interesse da criança, busca distanciar o menor do genitor acusado, até que se decida sobre a acusação (NUSKE; GRIGORIEFF, 2015).

Nessas situações há uma tensão sobre qual é a melhor atitude a ser tomada tendo em vista, que o magistrado ao afastar o menor do genitor acusado, diante de uma falsa acusação, privará da convivência com o genitor, gerando uma experiência traumática em todos os sentidos. Por outro lado, o juiz tem obrigação de observar o princípio da proteção integral e acaba por suspender o regime de visitas ou reverter a guarda (DIAS, 2015).

O posicionamento do Judiciário é criterioso, tendo em vista que uma acusação de abuso sexual é séria e precisa da cautela adequada em sua investigação. Não podendo ser interpretada de imediato como uma prática de Alienação Parental, como tem sido declarada pela defesa dos acusados, em muitos casos. Ou ainda, alegam os abusadores estarem sendo vítimas de “falsas memórias” implantadas pelo genitor alienante.

Ferreira e Enzweiler (2014) trazem dados importantes em que 97% das genitoras que denunciam o abuso sexual perpetrado pelos genitores, têm suas acusações interpretadas como falsas pelos Tribunais, sendo as próprias genitoras vistas como praticantes de Alienação Parental, como afirmam 45%. Diante do exposto, é preocupante pensar que a mãe diante da queixa de um filho, tenha que analisar se deve ou não denunciar o genitor ou quem tenha perpetrado o abuso, tendo em vista que corre o risco de ser taxada como alienante e posteriormente vir a ter sua autoridade parental suspensa.

Somam-se a isso o fato de que as provas necessárias para apurar a existência de uma violência sexual são extremamente difíceis de obter e os vestígios de rápido desaparecimento. Dessa forma, a falta de provas no caso de abuso sexual se torna meio de prova para alegação de Alienação Parental.

Para Sottomayor (2011) a sociedade tende a rejeitar as anormalidades da família, tais como denúncias de abuso sexual e situações de violência doméstica, fenômenos presentes em todas as classes sociais. E diante de um caso concreto pós-divórcio, tendem a acreditar fielmente numa idealização de guarda conjunta, em que os pais fazem escalas alternadas semanais e não existe a possibilidade de o menor vir a rejeitar o convívio com o genitor,

Ainda, a autora afirma que o Judiciário principalmente em decisões de 1ª instância partilha do mesmo sentimento da sociedade, fato que contribui para o descrédito em relação às denúncias de abuso sexual (SOTTOMAYOR, 2011).

Em consonância com o entendimento apresentado, o Superior Tribunal de Justiça desproveu um Agravo em Recurso Especial (nº 1.469.620-MG) apresentado por uma genitora que teve a guarda da filha revertida à avó paterna, mãe do genitor suspeito de abusar sexualmente da filha, fato esse decidido em primeira instância. Tendo ainda, a autora sido submetida à acusação de Alienação Parental, fundamento considerado para chegar à decisão pelo desprovimento:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL**. ENTREGA DE CRIANÇA. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. INDEFERIMENTO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. ALEGADA OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL - VIA INADEQUADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL (BRASIL, 2019, grifo nosso).

Madaleno e Madaleno (2017) em sua obra adotam critérios para diferenciar a Síndrome da Alienação Parental, do abuso sexual, em razão da recorrente utilização da Síndrome de Alienação Parental como meio de defesa dos abusos sexuais, assim como, há situações em que o genitor alienante cria uma situação de falso abuso para ganhar vantagem em relação a uma futura guarda unilateral do menor.

Em situações de abuso a criança recorda com facilidade dos acontecimentos relatando o episódio com detalhamento, apresenta conhecimentos sexuais inadequados para a sua faixa etária, pavor em relação a contato com adultos, torna-se comum o aparecimento de indícios físicos como infecções ou lesões e a presença distúrbios funcionais, além de existir um sentimento de culpa (MADALENO; MADALENO, 2017, p. 36-44).

Já na ocorrência da Síndrome de Alienação Parental, o menor precisa de ajuda para narrar o que relata e apresenta dificuldades na fala, não existem indicadores sexuais inadequados para a idade, não há indícios físicos, nem distúrbios funcionais e também não apresenta sentimento de culpa (MADALENO; MADALENO, 2017, p. 36-44).

Fato é que, mesmo que o Poder Judiciário fique incumbido de apurar as alegações de abuso sexual, a tipificação da Lei 12.318/2010 aumentou a probabilidade da equipe multiprofissional, integrante da composição do tribunal nas Varas de Família, considerar o abuso sexual como prática de Alienação Parental. Tal fato pode ser extremamente prejudicial ao interesse do menor, já que a Lei prevê como uma das penas para os alienantes em seu artigo 6º, a perda da guarda do menor.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - **determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;**
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - **declarar a suspensão da autoridade parental** (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Chiaverini (2017) aponta que uma pesquisa feita em 27 tribunais do Brasil encontrou 249 ocorrências relacionando os termos Alienação Parental e Abuso Sexual, sem saber precisar quais são os processos que têm utilizado a falsa denúncia prevista na Lei como forma de Alienação Parental para defender-se das acusações de abuso. No entanto, em algumas entrevistas concedidas, foi possível apurar que a guarda foi transmitida aos acusados sob a justificativa de que as acusações não passavam de atos de Alienação Parental.

## **2.2 A defesa utilizada pelos genitores acusados de Abuso Sexual**

É comum, mas não a regra, que a maior parte das denúncias sejam realizadas pela genitora do menor e, assim, os acusados que se autodeclaram “alienados parentalmente” são os genitores do menor.

Tal afirmação baseia-se em dados coletados por Fermann (2016, p. 5) que apresenta em uma análise contendo 10 casos, “71,43% dos alienantes eram a mãe e apenas 21,43% o pai”. Ainda, de acordo com o registro do Disque 100, 70% a 80% das denúncias ocorrem no âmbito familiar, sendo pais e padrastos, os principais violadores (CRUZ, 2017).

No entanto, depois da tipificação da Lei 12.318/2010 tendem os advogados que atuam na representação do genitor considerado alienante, a aconselhar que não sejam levantadas acusações de abuso sexual, ainda que verdadeiras porque isso diminuiria suas chances de permanecer com a guarda da criança, tendo em vista que a Lei prevê em seu artigo 6º num dos instrumentos processuais aptos a coibir a Alienação Parental, a declaração da suspensão da autoridade parental. (FERREIRA; ENZWEILER, 2014).

Ao analisar a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (em sede de decisões monocráticas do ano de 2018/2019), restou comprovado que nos casos de denúncia do abuso sexual intrafamiliar a defesa do genitor acusado utilizou em sua tese, a alegação de Alienação Parental por parte do genitor que denunciou o abuso, mesmo com a existência de laudos comprobatórios da violência sexual que configura Estupro de Vulnerável, tendo em vista que a maior parte das vítimas é menor de quatorze anos.

Ferreira e Enzweiler (2014, p.15) ressaltam os privilégios que o agressor possui frente a uma disputa judicial, envolvendo acusações de abuso sexual intrafamiliar, alegando:

(1) sua normalmente maior capacidade econômico-financeira de custear um processo judicial (ao mesmo tempo que, paradoxalmente, diz não possuir condições para pagar uma pensão alimentícia adequada à criança), (2) a vantagem marcante sobre sua vítima em testes psicológicos, já que ela (a criança e/ou a mãe) é a única que foi traumatizada pelo abuso, (3) a capacidade de manipular os peritos judiciais (normalmente, dada a escassez de recursos humanos e financeiros, restringe-se a equipe de auxiliares do juízo, na melhor das hipóteses, aos assistentes sociais e psicólogos, assoberbados de demandas urgentes), que se tornam assim solidários para com o agressor, e (4) sua capacidade de manipular e intimidar as crianças a respeito das declarações prestadas ao perito (assistentes sociais, psicólogos)

Para Cruz (2017) muitos pais diante de uma acusação de abuso sexual apresentam-se prontamente como pais carinhosos e cooperativos, apontando a mãe como instigadora de conflitos. Já Brockhausen (2012) afirma que geralmente quem abusa não se preocupa com a criança e os detalhes de como se deu o abuso, e sim em manter sua defesa diante da acusação, utilizando-se do argumento da Alienação Parental.

O argumento utilizado por alguns genitores de que se o abuso fosse verdadeiro, a denúncia teria sido feita antes não merece prosperar, pois diante desta situação delicada e com

prováveis ameaças à vítima, a criança ou adolescente pode demorar em sentir-se a vontade e confiar em alguma pessoa para revelar o fato.

Chiaverini (2017) em reportagem de sua autoria comenta a história de Iolanda (nome fictício) que diante das reclamações de seu filho, Igor (nome fictício) sobre dores nas partes sexuais, o levou para um médico que constatou lesões indicativas de abuso. Passando a polícia do Rio de Janeiro a investigar o caso. Enquanto se apurava a veracidade da acusação, foi aberto um processo na Vara de Família contra Iolanda pelo ex-marido alegando que a acusação da mãe não passava de uma forma de Alienação Parental e pleiteava a guarda do menino.

Diante da acusação, Iolanda ouviu de profissionais que não fosse adiante com as acusações, pois poderia perder a guarda do filho. Fato que ocorreu, sob a justificativa de que a denúncia da genitora, não passava de um ato de difamação, caracterizado pela Alienação Parental, tendo sido o genitor absolvido por sentença (CHIAVERINI, 2017).

Nesse sentido, em debate ocorrido na Câmara dos Deputados sobre Guarda Compartilhada, a promotora Valéria Fernandes afirmou que a lei 12.318/2010 tem sido utilizada para proteger abusadores, gerando na prática uma inversão de direitos. Mães que denunciam, perdem a guarda dos filhos e pais pedófilos são absolvidos, este é o cenário que encontramos em alguns casos na Justiça Brasileira (HAJE, 2018).

Ainda, a assessora Ariane Leitão, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apontou em debate realizado na Câmara dos Deputados que em mil casos existentes no órgão, a Lei de Alienação Parental foi utilizada para encobrir casos de violência sexual. Dessa forma, ambas as autoras pleiteiam alteração nos instrumentos aptos a coibir as formas de alienação parental (HAJE, 2018).

### **2.3 Discussões em torno da tese de Richard Gardner**

Como mencionado no capítulo inicial, Richard Gardner, autor da Síndrome da Alienação Parental, criou sua tese para defender acusados de abuso sexual dos filhos. Em sua obra “True and False Accusations of Child Sex Abuse”, afirmava “um discurso incestuoso em que a pedofilia faz parte do nosso cotidiano e não deve ser vista como uma prática inidônea, pelo contrário, estimular as crianças sexualmente resultará em aumento da procriação, desempenhando o papel na sobrevivência da espécie” (GARDNER, 1992 apud SOTTOMAYOR, 2011, p. 9-11).

Apesar de ser uma teoria reconhecida, existem críticas a Síndrome de Alienação Parental e também ao conceito de Alienação Parental principalmente em relação “ao papel

causal do genitor alienante e as intervenções aparentemente radicais daí decorrentes, como a mudança da guarda em favor do genitor dito alienado”, além da “equiparação equivocada entre as alegações de abuso sexual com a definição de Síndrome de Alienação Parental” (FERREIRA; ENZWEILER, 2014, p. 5-6).

Inúmeros autores discordam das teses criadas por Gardner, assim como Associações recomendam a sua não utilização em processos de família. Outros apontam que suas recomendações diante da Síndrome de Alienação Parental são extremadas, tais como: acreditar que a maior parte das acusações feitas pela genitora são falsas e caracterizam Alienação Parental (REFOSCO; FERNANDES, 2018).

E ainda, a teoria tem seu descrédito por parte de países. Para os Estados Unidos, Argentina e Espanha não há que se respaldar a “teoria” de Gardner posto que “seu trabalho não foi submetido a estudos empíricos de validação” e “não foram aceitos para publicação em revistas científicas qualificadas”, além de que “todos os seus livros foram publicados por uma editora de sua propriedade”. (FERREIRA; ENZWEILER, 2014, p. 12-13).

Diante disso, é possível concluir que a Lei 12.318/2010 aprovada com o intuito de proteger o menor, baseou-se numa teoria em que possui o descrédito de autores, associações e países.

### **3 A INVESTIGAÇÃO DO ABUSO SEXUAL CONCOMITANTE A ALEGAÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL**

É importante ressaltar que o que está sendo discutido neste trabalho é a ocorrência da violência sexual intrafamiliar e a violência psicológica em uma de suas formas que é a Alienação Parental. Dessa forma, não serão abordadas as outras hipóteses e formas de violência que podem acometer a criança ou o adolescente.

A lei 12.318/2010, em seu artigo 5º, dispõe que havendo indício de Alienação Parental o juiz deve determinar a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial. Assim como nos casos de violência sexual em que a perícia é requisitada para apurar a denúncia. Assim, a participação de dois profissionais torna-se necessária: o assistente social e o psicólogo que por meio da sua atuação buscam um pensamento organizador que ultrapassa as próprias disciplinas (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, em abril de 2017, foi sancionada a Lei 13.431/2017 que estabelece a escuta especializada e o depoimento especial da criança ou adolescente vítima de violência. O objetivo é o respeito aos direitos fundamentais dos menores na fase investigatória, além de não submeter à vítima ao contato direto com o agressor no momento da colheita do depoimento,



que deverá ser feito, se possível, uma única vez a fim de evitar a “revitimização” (BRASIL, 2017a).

No tocante a investigação, em entrevista realizada com a equipe multiprofissional, os profissionais afirmam que a perícia tem grande peso nas decisões judiciais e o que se exige dos profissionais é um resultado conclusivo que permite auferir se a criança ou o adolescente é vítima ou não da violência. A dificuldade é obter uma conclusão exata, se até mesmo os que atuam no campo da psicologia divergem uns dos outros (MONTEZUMA, 2017).

Um fator prejudicial é quando os peritos recebem a denúncia envolvendo abuso sexual e Alienação Parental concomitantemente. Para Galvão e Roque (2010) é necessária uma maior capacitação para que o profissional consiga identificar quando uma denúncia de abuso sexual tem fundamento ou quando se configura a intenção de afastar o genitor, como forma de vingança, ato tipificado como forma de Alienação Parental.

Barbosa e Castro (2013), ambas integrantes da equipe multiprofissional do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, apontam que em situações de disputa parental, o abuso sexual e a alienação parental passaram a ser relacionadas umas como negativo da outra, ou seja, quando há ocorrência de uma denúncia de abuso sexual ou a criança sofreu abuso, ou é vítima da Alienação Parental. Dessa forma, o argumento da Alienação Parental nos processos analisados é forma de defesa à denúncia de violência sexual.

Daí surge o perigo de não se ter uma equipe qualificada e que esteja preparada para lidar com esse tipo de demanda, já que um encaminhamento errôneo pode levar o juiz a tomar medidas que estão em desconforto ao melhor interesse da criança.

### **3.1 A proteção do Menor diante da denúncia de abuso sexual e alegação de alienação parental**

A lei 12.318/2010 prevê tramitação prioritária ao processo e a fase investigatória viabilizando sempre que possível o convívio com o genitor acusado ou a tentativa de reaproximação, “in verbis”:

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco

de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas (BRASIL, 2010).

Tal previsão está em desconformidade com o previsto na Lei 13.431/2017 que estipula o afastamento do investigado pelo magistrado, nos casos de risco à segurança da criança ou adolescente, como ocorre nos casos de denúncia contendo violência sexual, “in verbis”:

Art. 21. Constatado que a criança ou o adolescente está em risco, a autoridade policial requisitará à autoridade judicial responsável, em qualquer momento dos procedimentos de investigação e responsabilização dos suspeitos, as medidas de proteção pertinentes, entre as quais:

II - solicitar o afastamento cautelar do investigado da residência ou local de convivência, em se tratando de pessoa que tenha contato com a criança ou o adolescente; (BRASIL, 2017a).

Diante do exposto, constata-se que diante de um litígio que envolva a denúncia de abuso sexual por um genitor e o genitor acusado alegue ato de Alienação Parental, o direito à convivência com o genitor deve ser afastado em observância ao princípio do melhor interesse da criança.

É importante destacar a diferença entre Alienação Parental e a Síndrome de Alienação Parental. A síndrome de Alienação Parental seria o efeito que acomete a criança em razão da prática de Alienação Parental que muitas vezes se manifesta por algum transtorno psicológico, já a Alienação Parental em si é o ato em que um genitor desmoraliza a figura do outro genitor com o intuito de afastar a criança do convívio com ele.

Para Barbosa e Castro (2013) enquadrar o menor como portador dessa Síndrome é colocá-lo em desconformidade com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente retirando dele a posição de sujeito de direito.

Dessa forma, deverá ser realizado o estudo psicossocial que será elaborado pela equipe multiprofissional, contendo além do relatório, a melhor forma para lidar com a síndrome de Alienação Parental ou no caso de constatação de violência sexual um encaminhamento especializado, sempre em observância ao princípio do melhor interesse da criança.

Ante o exposto, a mera aplicação da legislação sem a participação de uma equipe multiprofissional inviabiliza a correta solução do caso. Sendo necessária a elaboração de laudos que assegurem a garantia e proteção dos direitos dos menores (SILVA; ABDALLA, 2019).

### **3.2 A atuação da equipe multiprofissional na elaboração do laudo biopsicossocial e pericial**

Os Tribunais, em regra, contam com a atuação de uma equipe multiprofissional que acompanha as Varas Cíveis e de Família, a fim de possibilitar embasamento suficiente para que o magistrado elabore a sua decisão quando solicitar parecer técnico (BARBOSA; CASTRO, 2013).

Como mencionado anteriormente, a Lei 12.318/2010 determina que a perícia será realizada pela equipe multiprofissional nas hipóteses previstas, concluída por meio de um laudo, seja ele pericial ou biopsicossocial, no prazo de noventa dias. (BRASIL, 2010).

O psicólogo utiliza-se de instrumentos para reconhecer as situações de Alienação Parental e Abuso sexual. Uma delas é o estudo psicossocial que consiste em ouvir a criança ou o adolescente dando a eles um papel ativo no processo por meio do qual podem expressar suas angústias, alegrias, expectativas e esperanças sobre as relações familiares, sobre os pais e sobre os acontecimentos. Essa escuta é primordial para a construção de uma atitude de confirmação ou não da situação denunciada. (GALVÃO; ROQUE, 2010).

Já o assistente social, para identificar os casos de alienação parental utiliza-se “das expressões da questão social como base para sua atuação, dentre elas estão: desemprego/inserção precária no mercado informal; vulnerabilidade/dificuldade econômicas financeiras; rede de serviços públicos insuficientes; pobreza; dependência química; entre outros” (BATISTA, 2017, p. 4-5).

Ainda, Batista (2017, p.12) reafirma em síntese que o papel do assistente social no processo é fazer uma leitura qualificada da realidade familiar. E nos casos em que há indícios ou resposta afirmativa para a Alienação Parental consideram-se:

Entre os indicadores mais destacados pelas(os) profissionais encontram-se: criação de obstáculos para vinculação entre o filho e o genitor não guardião, dificultando, por exemplo, o acesso à criança/adolescente (visitações) (56%); desqualificação da imagem do outro genitor no exercício da parentalidade (52%); constantes mudanças de endereço (24%).

Além dos laudos, o parecer técnico acostado aos autos compreende a composição, organização e a descrição social da família, as percepções dos profissionais que conduziram o estudo, os padrões relacionais vigentes e a situação da criança sob diferentes enfoques (BARBOSA; CASTRO, 2013).

Com o advento da Lei 13.431/2017, a atuação da equipe multiprofissional foi delineada, especificando a forma que deve ser conduzida a escuta da vítima de violência. Além de prever um atendimento integralizado, em diversos artigos, que engloba não só psicólogos e assistentes sociais como também a sociedade que tem papel fundamental em comunicar

situações de violência que envolva a criança ou adolescente cumulado com a adoção de ações articuladas que garantam atendimento integral. (BRASIL, 2017a).

O depoimento especial consiste na oitiva informal da vítima que deverá ser realizado pela equipe multiprofissional em um ambiente reservado com transmissão ao vivo para a sala de audiências em que as perguntas elaboradas terão linguagem adequada à faixa etária do entrevistado. O objetivo desse protocolo é minimizar os impactos sofridos pelo menor vítima de violência (BUENO, 2017).

Resta claro a importância da atuação da equipe multiprofissional nos processos que envolvem disputa por guarda, comumente ligadas a acusações de abuso sexual e alienação parental, tendo em vista que os juízes levam em conta 98% dos pareceres (SANTANA, 2013).

#### **4 A PROTEÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA**

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 227, a proteção à criança e ao adolescente de qualquer forma de violência ou negligência, sendo dever da família e da sociedade assegurar tal previsão em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento voltado a garantir o melhor interesse da criança e busca sua proteção integral (BRASIL, 1988).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) publicou uma nota pública afirmando que a Lei 12.318/2010 foi aprovada sem uma discussão ampla com a deliberação de profissionais que entendem e trabalham com o tema, além de não ter estudos científicos suficientes que verifiquem a validade da tese da Alienação Parental (CONANDA, 2018).

E ainda, ressalta que alguns dispositivos da Lei 12.318/2010, tais como o artigo 2º, VI, mencionado anteriormente nesta pesquisa, acabam por reduzir a incidência das denúncias que tratam da violência sexual ou maus-tratos sob o temor de restar configurado uma prática de Alienação Parental e ser aplicada uma das hipóteses do artigo 6º, que serão explicitadas neste capítulo (CONANDA, 2018).

##### **4.1 A recusa das crianças ao convívio com os genitores**

A violação princípio do melhor interesse da criança é evidenciada quando o menor não tem sua opinião levada em consideração, nos casos em que se tenha uma aplicação errada da lei de Alienação Parental.

O Estatuto da Criança e do Adolescente já confere instrumentos de proteção previstos no título II, além da Lei 13.431/2017 que prevê uma escuta especializada para os menores em situação de violação dos direitos. O que se verifica na Lei de Alienação Parental é uma punição para o genitor alienador, mascarado de proteção ao melhor interesse da criança, especialmente nos casos que o abuso sexual é investigado concomitantemente (BRASIL, 1990; BRASIL, 2017a).

Nesse sentido, foi criado um grupo nomeado de “Mães por justiça”, composto por genitoras que perderam a guarda dos seus filhos ao denunciar os casos de abuso sexual. Tal grupo surgiu após o aumento das denúncias na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (MÃES, 2017).

Há também, o grupo “mães na luta” que pedem a revogação da Lei 12.318/2010 pelo mesmo fundamento: a previsão da legislação inibe as denúncias de violência sexual. A promotora Valéria Scarance, já citada neste trabalho, afirma: “Crianças são entregues a homens investigados por abuso sexual, e a mãe que denuncia é considerada alienadora” (ESTARQUE, 2018).

A autora Monica Guazzelli (2007, p. 12) afirma que o descrédito frente às denúncias de abuso as interpretando como ato de Alienação Parental, pode ser compreendido com um fenômeno conhecido como “Backlash” em que, nas palavras da médica especialista Virginia Berlinerblau, o assunto deixa de ser direcionado para o foco principal. Ou seja, enseja uma descrença nas denúncias verdadeiras, fazendo com que sejam tidas como falsas.

A questão é que os processos envolvendo esta temática tramitam em segredo de justiça, não sendo possível aprofundar quais casos estão sendo sentenciados como ato de Alienação Parental, quando na verdade houve uma violência sexual. Em que não se pode também, generalizar e afirmar que todo caso de abuso é verdadeiro e que toda acusação de Alienação Parental não merece prosperar.

No entanto, o que deveria ser priorizado neste momento é o menor, seja nos casos de violência sexual ou psicológica. Sirlei Martins (2012, p. 6-7), juíza na Comarca de Goiânia e membro do IBDFAM, destaca que o magistrado ao aplicar uma das medidas previstas no artigo 6º da Lei 12.318/2010 deve discutir com a equipe multidisciplinar sobre as possíveis implicações a fim de garantir que a medida seja eficaz, já que uma aplicação indevida pode agravar a situação gerando no caso concreto uma nova alienação.

Ainda, Sottomayor (2011) ressalta que o Tribunal ao aplicar as medidas já mencionadas, deve ouvir o menor e respeitar uma possível recusa do genitor alienado, buscando

entender junto à equipe multiprofissional esse comportamento, tendo em vista que impor medidas pela força só aumenta o sofrimento da criança.

Por fim, é possível inferir que o magistrado diante de um caso que envolva suspeita da prática de Alienação Parental ao aplicar as medidas previstas, ou outras que considere cabíveis, deve observar a vontade da criança ou do adolescente, além de buscar auxílio da equipe multiprofissional que é capaz de reconhecer a viabilidade da aplicação de alguma medida.

#### **4.2 Dos instrumentos processuais previstos na Lei 12.318/2010**

Como mencionado anteriormente, a Lei 12.318/2010 em seu artigo 6º dispõe sobre as possíveis sanções que serão aplicadas pela autoridade judiciária ao genitor alienante, nos casos de comprovação da prática de atos tipificados como Alienação Parental, “in verbis”:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
  - II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
  - III - estipular multa ao alienador;
  - IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
  - V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
  - VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
  - VII - declarar a suspensão da autoridade parental.
- Parágrafo único. Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar (BRASIL, 2010).

Dessa forma, para cada caso o juiz irá aplicar à medida que melhor atende os interesses da criança ou adolescente (CASTRO, 2015, p. 15). Verificando o grau de Alienação Parental e as consequências sofridas pelo menor.

Teixeira e Rodrigues (2013, p. 21-22) apontam que as medidas processuais aplicáveis podem ser divididas em: protetivas ao adolescente e a criança elencadas nos incisos II, V e VI, que vão ao encontro do princípio do melhor interesse da criança; e punitivas ao genitor “alienador” previsto nos incisos I, III e VII cuja natureza é penalizar o autor da prática de alienação.

É cauteloso o posicionamento do Judiciário em buscar o convívio social com ambos os genitores, especialmente nos incisos de I a III, da Lei 12.318/2010, ainda que por meio de

visitação assistida. No entanto, há casos que manter o regime de visitas poderá trazer consequências negativas para o menor, a exemplo de uma suspeita de abuso sexual em que a investigação restou inconclusiva (BRASIL, 2010).

Nos casos mais graves, poderá ser determinado acompanhamento psicológico tanto para o menor, quanto para o “alienador” a fim de garantir uma convivência saudável entre eles (MARTINS, 2016). No entanto, casos como os dispostos nos incisos V a VII, da Lei 12.318/2010, o juiz pode entender ser necessário o afastamento do genitor “alienador” da convivência com o menor (BRASIL, 2010).

Ferreira e Enzweiler (2014, p. 26-29) entendem que esse afastamento não analisa os impactos sofridos em longo prazo. Somam-se a isso a necessidade de profissionais com experiência em Alienação Parental, tendo em vista que os abusadores se utilizam da Alienação Parental como defesa, podendo ser atribuída a culpa ao genitor que simplesmente cumpriu com o seu papel em denunciar o outro, quando há suspeitas de violência ou maus-tratos. Assim dispõe o artigo 13, do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 13: Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (BRASIL, 1990).

O afastamento do genitor como penalidade pela prática de Alienação Parental, ainda que aplicável somente em perigo de dano psíquico ao menor está em desconformidade com o preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente que como mencionado, deve assegurar proteção e direito à convivência familiar (CARVALHO, 2018).

A nota pública da CONANDA vê o artigo 6º como forma de intervenção desproporcional nas famílias, abrindo a possibilidade da criança ou do adolescente conviver com o seu abusador em detrimento do genitor caracterizado “alienador” (CONANDA, 2018, p. 3).

Os processos que versam sobre a matéria objeto desse trabalho, tramitam em segredo de justiça. Dessa forma, a análise jurisprudencial realizada leva em consideração os julgados encontrados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, considerando a publicidade das ementas e acórdãos, além de ser um Tribunal que produz precedentes.

Ante o exposto, foram encontrados nos processos envolvendo acusação de Estupro de Vulnerável (forma em que aquele que pratica o abuso sexual é denunciado, quando a vítima é menor de 14 anos) e alegação de Alienação Parental, três acórdãos: Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial (nº 1.078.699-BA) ; Agravo Regimental no Agravo em Recurso

Especial (nº 992.812-SC); Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial (nº 352.516-GO). Nas três, os acusados utilizaram em suas teses defensivas que a acusação era um ato de Alienação Parental perpetrado pelos que denunciaram a violência sexual (BRASIL, 2017b; BRASIL, 2016; BRASIL, 2014a).

Pelo voto, todos foram improvidos sob o fundamento de que a incidência de Alienação Parental já havia sido afastada nas instâncias inferiores, por meio das provas apresentadas, mantendo a condenação por Estupro de Vulnerável.

Em sede de decisões monocráticas, foram encontrados 42 resultados até o ano de 2019, no Superior Tribunal de Justiça, envolvendo “alienação parental” e “estupro de vulnerável”. Em 40 decisões a Lei de Alienação Parental foi utilizada como forma de defesa para afastar a sentença condenatória por estupro ou denúncia por abuso sexual. Isso representa mais de 95% dos casos analisados.

O objeto do trabalho, não é apurar os casos de violência sexual em si, mas em quantos deles a defesa tem se utilizado da tese de Alienação Parental buscando a absolvição do acusado.

Dentre os casos analisados, em quatro deles, o Tribunal entendeu pela ocorrência de Alienação Parental demonstrada por meio de laudos, sendo o acusado absolvido: Agravo em Recurso Especial (nº 979.190-MG); Agravo em Recurso Especial (nº 1.202.167-PE); Agravo em Recurso Especial (nº 756.841-RS); Agravo Regimental no Mandado de Segurança (nº 21.081-DF). Em dois desses quatro (Agravo em Recurso Especial nº 979.190-MG e nº 756.841-RS), houve aplicação de ampliação do regime de visitas e multa ao alienante, respectivamente previstos no artigo 6º da Lei 12.318/2010. Em outro (Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 21.081-DF) ainda há suspeita de abuso que está sendo apurado por meio de perícia no âmbito criminal. (BRASIL 2018a; BRASIL 2018b; BRASIL, 2015; BRASIL 2014b)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou compreender como a Lei de Alienação Parental vem se relacionando com os casos de abuso sexual. Dessa forma, foi feita uma análise dos processos no âmbito de Superior Tribunal de Justiça e restou constatado que em mais de 95% dos casos analisados, a tese defensiva de Alienação Parental foi utilizada pelo genitor acusado de abuso sexual.

No entanto, nos casos analisados em que restou comprovada a Alienação Parental o julgador optou por aplicar medidas diversas da reversão da guarda, também previstas no artigo 6º da Lei 12.318/2010. O que não exclui a possibilidade da aplicação de tal medida que ocorreu



em alguns casos relatados no trabalho e inclusive, impulsionaram a criação do projeto de Lei 498/2018 de relatoria da senadora Leila Barros, que tinha como objetivo principal revogar a Lei em razão de estar sendo utilizada para beneficiar pais acusados de abuso sexual (BRASIL, 2010; SENADO FEDERAL, 2019)

Além da tese defensiva baseada na Alienação Parental, o genitor abusador ainda possui uma vantagem em relação ao genitor (a) que faz a denúncia da violência sexual que consiste na dificuldade de provas comprobatórias do abuso sexual, tendo em vista que são extremamente difíceis de obter um resultado conclusivo, restando como alternativa os laudos baseados na palavra da vítima.

Ocorre que, mesmo com a existência da Lei 13.431/2017 que prevê o depoimento sem danos ao menor, tal escuta por vezes ocorre num lapso temporal distante da ocorrência dos abusos, o que torna o depoimento da vítima fragilizado frente as acusações de abuso sexual, já que nem sempre a criança consegue se lembrar com detalhes da situação. Fazendo com que o menor, vítima de violência sexual seja taxado como vítima da Alienação Parental (BRASIL, 2017a).

Ante o exposto, o princípio do melhor interesse da criança acaba sendo violado quando uma denúncia de abuso sexual verdadeira é interpretada como ato de Alienação Parental, de forma que o genitor (a) que denuncia com o intuito de proteger a criança ou o adolescente e fazer cessar os abusos, se torna alienante. De modo que o menor seja obrigado a conviver com seu abusador, como ocorre na ampliação do regime de visitas, medida imposta em casos analisados.

E ainda, o melhor interesse da criança novamente é menosprezado quando a Alienação Parental é constatada sem que a investigação de abuso sexual tenha sido concluída na esfera penal, como ocorreu em um dos casos analisados. Diante disso, a Alienação Parental pode estar sendo interpretada erroneamente e por essa razão, o substitutivo do Projeto de Lei 498/2018 propôs como uma das mudanças na Lei 12.318/2010 a suspensão do processo de Alienação Parental enquanto tramita na esfera penal, a investigação da ocorrência de violência sexual até uma decisão em 1º instância (SENADO FEDERAL, 2020).

Por fim, após a Lei 12.318/2010, a Alienação Parental e o Abuso Sexual vêm sendo utilizados um como negativo do outro, ou seja, na fase investigatória cabe a equipe multiprofissional apurar a ocorrência de um destes. Sendo que em quatro processos analisados no Superior Tribunal de Justiça, mencionados anteriormente, a denúncia de abuso sexual foi considerada sem embasamento suficiente para condenar o acusado e o genitor que fez a

denúncia foi taxado como alienante, sendo impostas as medidas do artigo 6º da Lei, a critério do julgador, em dois desses casos.

A principal limitação encontrada no trabalho foi a falta de dados que permitem obter um resultado conclusivo sobre os casos em que a denúncia de abuso sexual foi considerada como ato de Alienação Parental, fazendo com o que a guarda da criança fosse revertida ao abusador, violando o melhor interesse do menor. Tal fato ocorre porque os processos que envolvem essa temática tramitam em segredo de justiça, de modo que os casos analisados foram poucos se comparado aos existentes na 1ª instância, não podendo generalizar os resultados.

Portanto, conclui-se que é necessária maior pesquisa e divulgação de dados nessa área que são precários e difíceis de obter, possibilitando a confirmação de que a Lei 12.318/2010 tem sido utilizada para proteger o melhor interesse da criança ou se alguns institutos nela previstos foram aprovados para serem utilizados como tese defensiva do genitor abusador.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Thais Tononi. A atuação da/o assistente social em casos de alienação parental. **Serv Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 326-342, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000200326&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200326&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 jun. 2019.

BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO, Beatriz Chaves Ros. **Alienação Parental, um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio**. Brasília: Iber livro, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm). Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 13.431 de 4 de abril de 2017a**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm). Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5 turma). **Agravo Regimental em Recurso Especial 1.078.699/BA**. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO FUNDADO NA TESE DE ALIENAÇÃO PARENTAL. ÓBICE DA SÚMULA 7 DESTA CORTE. AGRAVO DESPROVIDO.1. O óbice da Súmula 7 apresenta-se intransponível, pois, no caso, não há como

esta Superior Casa de Justiça decidir pela desqualificação das provas, visando à absolvição do agravante, sem, antes ter de esmerilá-las novamente, tal como já procedido pelas instâncias ordinárias, soberanas na apreciação de fatos e provas. 2. Dessa forma, a decisão agravada deve ser mantida intacta pelos seus próprios termos. 3. Agravado Regimento improvido. Agravante: PLP. Agravado: Ministério Público do Estado da Bahia. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, 23 de maio de 2017b. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=72753791&num\\_registro=201700802603&data=20170531&tipo=51&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=72753791&num_registro=201700802603&data=20170531&tipo=51&formato=PDF) Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravado em Recurso Especial nº 979.190-MG**. AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO DE FAMÍLIA - ALIENAÇÃO PARENTAL - VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES - INVERSÃO DA GUARDA IMPOSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS: CABIMENTO - DECISÃO JUDICIAL: DESCUMPRIMENTO: MULTA - PROCEDIMENTO CRIMINAL EM CURSO - MEDIDAS PROTETIVAS: COOPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Demonstrada, por laudos competentes, a prática de alienação parental, essa que pode até mesmo ter ensejado denúncia caluniosa na seara penal, tornam-se verossímeis as alegações da parte prejudicada, impondo-se, de imediato, a aplicação das medidas estabelecidas no art. 6º da Lei nº 12.318/2010, de modo a coibir a continuidade da prática, descabida, contudo, para a espécie, a inversão da guarda ou o encaminhamento da menor para a família extensa dada a gravidade dos fatos apresentados e a situação de extrema litigiosidade vigente. 2. Estabelecidos, por decisão liminar, os parâmetros para retomada dos contatos entre as vítimas da alienação, mas frustrado o desenvolvimento dos serviços por conduta renitente de uma das partes, que opõe empecilho ao cumprimento de decisão judicial vigente, resta caracterizado ato atentatório à dignidade da justiça (art. 14, V, do CPC), ensejando a aplicação da penalidade específica. 3. Diante do aparente conflito entre a esfera cível e a criminal, incumbe aos julgadores entabularem contatos para cooperação judicial, sem se furtarem do dever constitucional de prestar a jurisdição, tudo conforme legalmente determinado e incentivado por atos normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e deste Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Agravante: F DA C V DE S e A P F DE C. Agravado: os mesmos. Relator: Ministro Lázaro Guimarães. Brasília, 30 de maio de 2018a. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo\\_documento=documento&componente=MON&sequencial=84068656&num\\_registro=201602360012&data=20180604&tipo=](https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=84068656&num_registro=201602360012&data=20180604&tipo=). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravado em Recurso Especial nº 1.202.167-PE**. Penal e Processual Penal. Crime do art. 214, c/c o art. 226, II, ambos do Código Penal. Preliminar de nulidade por cerceamento do direito de Defesa em razão da determinação de retirada do acusado da sala das audiências sem nenhuma justificativa. Não se há falar em cerceamento do direito de Defesa quando se determina a retirada do acusado da sala das audiências por solicitação das próprias testemunhas a serem ouvidas. Prejuízo não demonstrado. Preliminar que, à unanimidade de votos, se rejeita. Preliminar de nulidade do processo por falta de submissão da menor ofendida à perícia psicológica. Não se torna motivo de nulidade a não submissão da menor ofendida à submissão a perícia psicológica quando os autos relatam sua submissão a várias outras perícias semelhantes e a prova já evidencia elementos de convicção ao julgador. Aplicação do princípio do livre convencimento. Preliminar que, de forma unânime, se rejeita. MÉRITO: Em sede de delitos de ordem sexual, praticados quase sempre na clandestinidade, de fundamental importância se tornam as declarações prestadas pelas vítimas. Quando tal palavra não se encontra em harmonia com os demais elementos probatórios, incoerências constatadas,

nas diversas ocasiões em que a vítima veio a ser submetida a várias perícias psicológicas, tudo isso aliado às inúmeras intervenções do seu genitor, tanto na esfera indiciária, quanto na judicial, mais do que configurada resta a clássica figura da alienação parental. Absolvição que se impõe. Apelação a que, por maioria de votos, se dá provimento. Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Agravado: A F A J. Relator: Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, 28 de fevereiro de 2018b. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo\\_documento=documento&componente=MON&sequencial=80909460&num\\_registro=201702968640&data=20180302](https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=80909460&num_registro=201702968640&data=20180302). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 1.469.620-MG**. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL. ENTREGA DE CRIANÇA. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. INDEFERIMENTO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. ALEGADA OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL - VIA INADEQUADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. Agravante: A P F DE C. Agravado: F DA C V DE S. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze. Brasília, 01 de agosto de 2019. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/monocraticas/decisoes/?num\\_registro=201900759581&dt\\_publicacao=11/06/2019](https://ww2.stj.jus.br/processo/monocraticas/decisoes/?num_registro=201900759581&dt_publicacao=11/06/2019). Acesso em: 03 set. 2019

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6 turma). **Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 992.812-SC**. PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EM CONTINUIDADE DELITIVA. NULIDADE. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 5º, § 2º, DA LEI N. 12.312/2010. TESE DE QUE A PERÍCIA PSICOLÓGICA DEVERIA SE REALIZADA POR PERITOS ESPECIALIZADOS EM ALIENAÇÃO PARENTAL. IMPROCEDÊNCIA. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE CONCLUÍRAM PELA INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL. DESNECESSIDADE REEXAME. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 61 DO DECRETO-LEI N. 3.688/1941. IMPROCEDÊNCIA. ATOS PERPETRADOS DEVIDAMENTE QUALIFICADOS COMO LIBIDINOSOS. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 568/STJ. Agravo Regimental Improvido. Agravante: D DE S F. Agravado: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior, 17 de novembro de 2016. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=66777715&num\\_registro=201602597253&data=20161201&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=66777715&num_registro=201602597253&data=20161201&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: 28 jan. 2020

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 352.516-GO**. PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A DO CPB). SENTENÇA CONDENATÓRIA. VIOLAÇÃO DOS §§ 1º E 2º DO ART. 5º DA LEI N.12.318/2010. ACÓRDÃO A QUO QUE NÃO DEBATEU A QUESTÃO SOB O ENFOQUE SUSCITADO PELA DEFESA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ALIENAÇÃO PARENTAL. QUESTÃO QUE DEMANDARIA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.1. Não ocorrendo o debate do preceito federal apontado como violado sob o enfoque dado pela parte em seu recurso especial, inexistente o prequestionamento necessário ao trânsito do recurso

especial (precedentes do STJ). 2. Inviável alterar o entendimento firmado na origem quanto à inexistência de alienação parental, uma vez que tal questão reexame de prova (Súmula 7/STJ). 3. Agravo regimental improvido. Embargante: E A DE J. Embargado: Ministério Público do Estado de Goiás. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior, 04 de setembro de 2014a. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo\\_documento=documento&componente=MON&sequencial=31893663&num\\_registro=201301967844&data=20131016&tipo=0](https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=31893663&num_registro=201301967844&data=20131016&tipo=0). Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no mandado de segurança nº 21.081-DF**. Agravante: N D C M (menor) representado por Y M D C. Impetrado: 5 turma do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Gilson Dipp. Brasília, 24 de setembro de 2014b. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo\\_documento=documento&componente=MON&sequencial=39157914&num\\_registro=201401501774&data=20140926](https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=39157914&num_registro=201401501774&data=20140926). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 756.841-RS**. Agravante: J B de S (menor) representado por G B. Agravado: F F de S. Relator: Ministro Gurgel de Faria. Brasília, 05 de outubro de 2015. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo\\_documento=documento&componente=MON&sequencial=53119759&num\\_registro=201501702213&data=20151022](https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=53119759&num_registro=201501702213&data=20151022). Acesso em: 20 maio 2020.

BROCKHAUSEN, Tamara. Falsas alegações de abuso sexual infantil: o contexto do trabalho do psicólogo brasileiro. **Psicologia Revista**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 199-219, set. 2012. ISSN 2594-3871. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/10341>. Acesso em: 23 abr. 2019.

BUENO, Luciane. **O depoimento especial em face da Lei 13431/2017**. Direito- Unisul Virtual, 2017. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/5423>. Acesso em: 22 out. 2019

CARVALHO, Luna de Araújo. **Falsas acusações de abuso sexual: quem é o verdadeiro abusador?**. Direito, UFRN, 2018. Disponível em: [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7386/1/Falsas%20acusa%C3%A7%C3%B5es\\_Carvalho\\_2018.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7386/1/Falsas%20acusa%C3%A7%C3%B5es_Carvalho_2018.pdf). Acesso em: 13 nov. 2019

CASTRO, Rosilaine Carvalho. Alienação Parental à luz da Lei 12318/2010. **Universidade Federal do Pará de Minas – FAPAM**, v. 6, n. 6, Edição 06, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/view/121>. Acesso em: 08 nov. 2019

CHIAVERINE, Thomás. **Lei expõe crianças a abuso**. 2017. Disponível em: <http://apublica.org/2017/01/lei-expoe-criancas-a-abuso/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CISCATI, Rafael. O lado escuro da Lei. As mães que perderam a guarda dos filhos após acusarem os pais de abuso sexual. **Revista Época**, Rio de Janeiro, n. 1053, p. 62-69, set. 2018.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Nota pública sobre a Lei de Alienação Parental, Lei 12318/2010**. Notas públicas do Conanda. 30 ago, 2018. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/documentos/notas-publicas-dos->

[conanda/nota-publica-do-conanda-sobre-a-lei-da-alienacao-parental-lei-ndeg-12-318-de-2010-30-08-2018/view](https://conanda/nota-publica-do-conanda-sobre-a-lei-da-alienacao-parental-lei-ndeg-12-318-de-2010-30-08-2018/view). Acesso em: 07 nov. 2019

COSTA, Sirlei Martins da. **Violência sexual e falsas memórias na alienação parental**. 2012. Disponível em: <https://asmego.org.br/wp-content/uploads/2012/04/violencia-sexual.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019

CRUZ, Rubia Abs. **Alienação Parental: uma nova forma de violência contra a mulher**. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alienacao-parental-uma-nova-forma-de-violencia-contra-mulher/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Alienação Parental e suas consequências**. 2012. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/uploads/alienacao%20parental\\_e\\_suas\\_consequencias.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/alienacao%20parental_e_suas_consequencias.pdf). Acesso em: 31 maio 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Incesto e a síndrome da Alienação Parental**. 2010. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_705\)5\\_\\_incesto\\_e\\_a\\_sindrome\\_da\\_alienacao\\_parental.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_705)5__incesto_e_a_sindrome_da_alienacao_parental.pdf). Acesso em: 30 ago. 2019

ESTARQUE, Marina. Mães afastadas dos filhos se unem para questionar alienação parental. **Folha de S. Paulo**, 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/maes-afastadas-dos-filhos-se-unem-para-questionar-alienacao-parental.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2019

FERMANN, Ilana; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Caracterização descritiva de processos judiciais referenciados com alienação parental em uma cidade na Região Sul do Brasil. **Cienc. Psicol Montevideu**, v. 10, n. 2, p. 165-176, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-42212016000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212016000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 mar. 2019.

FERREIRA, Cláudia Galiberne. ENZWEILER, Romano José. Síndrome da alienação parental, uma iníqua falácia. **Revista Esmec**, SC- Brasil, v. 21, n. 27 (2014). Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/97>. Acesso em 23 abr. 2019.

FERREIRA, Cláudia Galiberne. ENZWEILER, Romano José. 2016. **Duas abordagens, a mesma arrogância: como a SAP e a Violência Doméstica se tornaram irmãs siamesas**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51901/duas-abordagens-a-mesma-arrogante-ignorancia-como-a-sap-e-a-violencia-domestica-se-tornaram-irmas-siamesas>. Acesso em: 12 mar. 2019

FURLAN, Gabriel Henrique Zani ; LEÃO JÚNIOR, Teófilo Marcelo de Arêa. Alienação Parental: 5 anos da Lei 12.318/2010. **REGRAD, UNIVEM**, Marília-SP, v. 9, n. 1, p 163-184, agosto de 2016. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br>. Acesso em: 23 abr. 2019

GALVÃO, Ivânia Ghesti. ROQUE, Elizângela Caldas Barroca. **Aplicação da Lei em uma perspectiva interprofissional: direito, psicologia, psiquiatria, serviço social e ciências sociais na prática jurisdicional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



GUAZZELLI, Mônica. **A falsa denúncia de abuso sexual: incesto e alienação parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver.** 2007. Disponível em: [https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista\\_digital/numero\\_11/artigo\\_monic.pdf](https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_11/artigo_monic.pdf). Acesso em: 18 nov. 2019.

HAJE, Lara. Lei de Alienação Parental desestimula denúncias de abuso sexual e violência doméstica, apontam debatedores. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 28 de Nov. de 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/548744-lei-de-alienacao-parental-desestimula-denuncias-de-abuso-sexual-e-violencia-domestica-apontam-debatedores/>. Acesso em: 09 set. 2019

LIMA, Amanda Barbosa; LEADEBAL, Kadidja Barros. **Síndrome de Alienação Parental- Diagnóstico Médico ou Jurídico?** Disponível em: [http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais\\_simposio/arquivos\\_up/documentos/artigos/27aaf75104cf66c3114b7d1f580e0f39.pdf](http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/27aaf75104cf66c3114b7d1f580e0f39.pdf). Acesso em: 23 abr. 2019

MACEDO, Suélen Tâmara de; SCHMITT, Denise Siqueira Garcia. A análise acerca da efetividade da aplicabilidade da lei da alienação parental no poder judiciário. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI.** v. 3, n.4, p. 3130-3150, 4º Trimestre de 2012. Disponível em: [https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/292/arquivo\\_184.pdf](https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/292/arquivo_184.pdf). Acesso em: 23 abr. 2019.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MÃES são acusadas de alienadoras após denunciarem o abuso sexual contra os filhos. **Carta capital**, 15 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/maes-sao-acusadas-de-alienadoras-ao-denunciarem-abusos-sexuais-contra-seus-filhos/>. Acesso em: 18 nov. 2019

MARTINS, Elisangela Janaína Freitas. Alienação Parental e as Implicações Jurídicas previstas na Lei 12318/2010. **Faseh**, v.1, n. 2 (2016). Disponível em: [http://sistemaaula.faseh.edu.br/cadernos\\_tecnicos/index.php/direito/article/view/39](http://sistemaaula.faseh.edu.br/cadernos_tecnicos/index.php/direito/article/view/39). Acesso em: 08 nov. 2019

MONTEZUMA, M. A; DA CUNHA PEREIRA, R; DE MELO, E. M. Abordagens da Alienação Parental: proteção e/ou violência? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s. 1.], v. 27, n. 4, p. 1205-1224, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312017000401205&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312017000401205&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 23 abr. 2019.

NUSKE, João Pedro Fahrion; GRIGORIEFF, Alexandra Garcia. Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 77-87, jun. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 abr. 2019.

PROCHNO, Caio César Souza Camargo; PARAVIDINI, João Luiz Leitão; CUNHA, Cristina Martins. Marcas da alienação parental na sociedade contemporânea: um desencontro com a ética parental. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 14611490, dez. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482011000400007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 fev. 2019.

REFOSCO, Helena Campos; FERNANDES, Martha Maria Guida. Entre o afeto e a sanção: uma crítica à abordagem punitiva da alienação parental. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 79-98, Abril 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322018000100079&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000100079&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 ago. 2019.

SANTANA, Inês Helena Batista de; RIOS, Luis Felipe. Falso abuso sexual em varas de família: dilemas na elaboração do parecer psicossocial. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 365-382, ago. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2013000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 jun. 2019.

SCARANCE, Valeria. **Disputa de guarda e Alienação Parental: a quem queremos proteger?**. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Disputa-de-Guarda-e-o-risco-da-aliena%C3%A7%C3%A3o-parental-Val%C3%A9ria-Diez.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SENADO FEDERAL. Agência Senado. **Alienação Parental volta a dividir opiniões na CDH**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/15/alienacao-parental-volta-a-dividir-opinioes-na-cdh>. Acesso em: 03 set. 2019

SENADO FEDERAL. Agência Senado. **Alteração na Lei de Alienação Parental avança**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/18/alteracao-na-lei-de-alienacao-parental-avanca>. Acesso em: 4 maio 2020

SILVA, Livia Caroline Lycurgo; ABDALA, Cláudia. A contribuição da equipe multidisciplinar na aplicação da lei 12.318/10 nos casos de alienação parental. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 10, n. 2, ago. 2019. ISSN 2236-2649. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/1329>. Acesso em: 22 out. 2019.

SILVA, Camila. **Alienação Parental: os efeitos jurídicos e as consequências da alienação parental**. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70479/alienacao-parental>. Acesso em 08 mar. 2019.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. **A fraude na Síndrome da Alienação Parental e a proteção das crianças vítimas de abuso sexual**. 2011. Disponível em: <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/A-fraude-da-SAP-e-a-protec%C3%A7%C3%A3o-das-crian%C3%A7as-v%C3%ADtimas-de-abuso-sexual.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SOUTO SCHAEFER, Luiziana; ROSETTO, Silvana; HAAG KRISTENSEN, Christian. Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 28 n. 02, p. 227-228, abr./jun. 2012. Disponível em:



[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722012000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000200011). Acesso em: 19 mar. 2019.

SOUSA, Analícia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 268-283, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 Jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200006>.

SOUZA, Ana Maria Oliveira; BARRETO, Ricardo de Macedo Menna. Síndrome de alienação parental, falso abuso sexual e guarda compartilhada: a necessidade de uma observação jurídica transdisciplinar. **Joaçaba**, v. 12, n. 1, p. 66-72, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4558017>. Acesso em: 23 abr. 2019.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. Alienação Parental: aspectos materiais e processuais. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 1. Jan-mar./ 2013. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Teixeira-e-Rodrigues-civilistica-com-a.2.n.1.2013.pdf> Acesso em: 23 abr. 2019.